



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006821-66.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária - REGISTROS PÚBLICOS**
 Requerente: **Fernando Martini Catalano**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

FERNANDO MARTÍNI CATALANO ajuizou a presente ação para na busca da NOMEAÇÃO DE UM ADMINISTRADOR PROVISÓRIO para a pessoa jurídica ASSEALEESC.

Aduziu, em síntese, que é ex-aluno da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC e atualmente Professor Titular do Depto. De Eng. Aeronáutica da mesma instituição ; pretende reativar a ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – ASSEALEESC que se encontra com as atividades paralisadas desde a eleição de sua última diretoria ocorrida em 1995. Assim, e como os últimos ocupantes dos cargos de direção são se opõe ao pleito que, visa apenas dar continuidade às atividades da referida associação, ingressou com a presente; se colocou a disposição para nomeação como administrador provisório e se prontificou a realizar eleição para escolha da nova Diretoria.

A inicial veio instruída com os documentos pertinentes.

O MP declarou falta de interesse na ação.

Por determinação do despacho de fls. 29, o autor encartou as declarações de fls. 33/35 (prestadas por ex-alunos, membros da última



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

diretoria eleita).

Eis o relatório.

DECIDO.

Trata-se de procedimento de jurisdição voluntária instaurado para os fins do artigo 49 do Código Civil.

Como interessado/requerente figura a pessoa de FERNANDO MARTINI CATALANO.

Há expressa concordância dos membros da última diretoria eleita, conforme declarações de fls. 33/35, o que justifica a nomeação do requerente para assumir a administração provisória da associação e convocar eleições da nova diretoria seguindo o que, a respeito, dispõe o estatuto social de fls. 12/22.

É o que fica decidido, sem prejuízo do disposto no artigo 1.111, do CPC (*in verbis*: "A sentença poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos, se ocorrerem circunstâncias supervenientes).

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 18 de setembro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**